

A INCORPORAÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NA GRADE CURRICULAR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

THE INCORPORATION OF ENGLISH
LANGUAGE TEACHING INTO THE
CURRICULUM OF THE INITIAL YEARS OF
ELEMENTARY SCHOOL

Vander Aparecido de CASTRO ¹

¹ Facultad de Ciencias Sociales. E-mail: castruvander@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8705-2852

RESUMO

Na conjuntura da sociedade contemporânea, permeada pela influência tecnológica, destaca-se a relevância do ensino da Língua Inglesa como Língua Franca obrigatória a partir do currículo do 6º Ano do Ensino Fundamental. Nesse sentido, discute-se a inserção do idioma também nos primeiros anos dessa etapa da educação básica. O objetivo geral da pesquisa foi investigar a inclusão da disciplina na grade curricular do Ensino Fundamental I, considerando o contexto histórico e normativo, explorando as vantagens e os desafios perante a realidade do país. A pesquisa foi realizada pela necessidade de problematizar e investigar a eficácia e a equidade do ensino de inglês para crianças de 6 a 10 anos.

PALAVRAS-CHAVE: língua Inglesa; anos iniciais; ensino fundamental.

ABSTRACT

In the context of contemporary society, permeated by technological influence, the relevance of teaching English as a mandatory Lingua Franca from the 6th Year of Elementary School curriculum stands out. In this sense, the insertion of the language is also discussed in the first years of this stage of basic education. The general objective of the research was to investigate the inclusion of the subject in the Elementary School I curriculum series, considering the historical and normative context, exploring the advantages and challenges faced by the country's reality. The research was carried out due to the need to problematize and investigate the effectiveness and equity of teaching English to children aged 6 to 10.

KEYWORDS: *english language; early Years; elementary school.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A dinâmica da sociedade contemporânea, permeada por avanços tecnológicos e interações globais, demanda uma reflexão contínua sobre a educação e suas práticas, especialmente no que tange ao ensino de línguas estrangeiras. Ao longo dos anos, a Língua Inglesa (LI) emergiu como uma linguagem global, desempenhando um papel fundamental nas interações comerciais, científicas e sociais. No entanto, sua inserção no contexto educacional brasileiro enfrentou e ainda enfrenta desafios significativos, refletindo desigualdades socioeconômicas e estruturais.

Nesse contexto, este trabalho se propõe a investigar a inclusão da disciplina LI na grade curricular do Ensino Fundamental (EF) I. Também, este estudo visa compreender a estrutura atual para o ensino de disciplina e analisar seu impacto na cultura escolar, considerando o contexto histórico e normativo nacional. Portanto, busca-se responder: como o inglês é incorporado à grade curricular dos Anos Iniciais?

A relevância deste trabalho reside na necessidade de problematizar e investigar a eficácia e a equidade do ensino de inglês nos Anos Iniciais do EF, refletindo sobre seus desafios e vantagens diante da realidade brasileira, marcada por profundas disparidades sociais e educacionais. Além disso, pretende-se contribuir para a discussão sobre políticas públicas educacionais que visem a democratização do acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

Por meio desta pesquisa, almeja-se contribuir para uma compreensão mais abrangente das políticas e práticas educacionais relacionadas ao ensino de LI, bem como fornecer subsídios para o aprimoramento dessas políticas. Assim, este estudo busca não apenas identificar desafios, mas também apontar caminhos para uma educação linguística mais equitativa e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

Este estudo previu atingir seu objetivo, utilizando como metodologia científica, segundo a natureza das informações, a Pesquisa Bibliográfica, com uma abordagem qualitativa de análise dos resultados obtidos, considerando publicações em livros, artigos e revistas científicas, teses, dissertações e sites da internet.

O texto está organizado em cinco capítulos, iniciando-se por essa introdução, seguido pelo Capítulo 2, no qual trata, em dois subcapítulos, primeiramente do ensino de LI no Brasil de modo geral, seguido pelo tratamento desse ensino nos Anos Iniciais. O capítulo 3 aborda a metodologia científica do estudo. No quarto capítulo são apresentados os resultados e

discussões da pesquisa, seguidos pelas considerações finais e a bibliografia.

O texto apresenta a análise da estrutura e prática do ensino de LI no contexto brasileiro, bem como uma avaliação crítica dos desafios e benefícios dessa disciplina. A análise dos resultados demonstra que essa implementação está lentamente em ascensão, porém é mais acessível aos alunos de escolas privadas. No entanto, ensinar inglês nos anos iniciais do EF I em todas as escolas é uma possibilidade com respaldo legal e já concretizada em algumas escolas públicas no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo do tempo, a sociedade experimentou uma evolução significativa, impulsionada por diversos fatores, incluindo avanços tecnológicos, mudanças culturais e interações globais. Desde os primórdios da civilização humana até os dias atuais, ocorre-se um progresso contínuo que, somadas pelo uso e desenvolvimento de tecnologias digitais, têm impacto relevante nas formas de se comunicar e nas relações humanas.

Nessa seara, a LI se destaca em escala global com o *status* de Língua Franca (LF) e, por sua relevância na atualidade, é parte obrigatória dos currículos de alunos que estejam matriculados, em escolas particulares ou públicas, a partir do 6º ano, no EF II, no Brasil. Em alguns casos, de modo legal, porém opcional, o idioma também é ensinado no EF I (1º ao 5º ano). Esse é o cenário de alguns municípios que incluem o ensino da língua global desde os Anos Iniciais.

Portanto, este capítulo aborda o ensino de LI no Brasil, considerando o contexto histórico e normativo, as vantagens e os desafios perante a realidade do país. Ainda, aborda-se o ensino do idioma nos Anos Iniciais sob uma perspectiva nacional, considerando a percepção de que o inglês desempenha um papel importante na facilitação da interação e cooperação entre indivíduos e comunidades em um mundo cada vez mais interconectado.

O Ensino de Língua inglesa no Brasil: contexto histórico, vantagens e desafios

O ensino da LI no Brasil remonta ao século XIX, formalmente iniciado pelo Decreto assinado por Dom João VI, em 22 de junho de 1809 (Scaglione, 2019), aproximadamente um ano após a chegada da família real portuguesa em território brasileiro. A partir disso, o ensino

do inglês no país começou a se desenvolver, principalmente nas áreas de comércio, diplomacia e educação de elites. No entanto, o acesso ao ensino da língua inglesa permaneceu restrito a uma parcela privilegiada da sociedade, devido às barreiras socioeconômicas e à falta de políticas públicas de educação universal.

Ao longo do tempo esse cenário perdurava, do período do Império à Ditadura Militar na República não houve oferta do ensino de LI que atingisse às massas, até por que o acesso à escola pública até esse período de repressão foi altamente elitista. Nesse contexto, Scaglioni (2019), aponta que, ainda, nesse momento da história:

O ensino da língua inglesa para a população continuava predominantemente elitista, não havia necessidade, na visão governamental, que o futuro trabalhador aprendesse um novo idioma, ou mesmo tivesse cultura, pois a universidade e ascensão social, através de um bom trabalho, não era para todos. A cidadania, em uma ditadura militar, perde todo o seu sentido (Scaglioni, 2019, p. 57).

Com a Constituição Federal de 1988, a educação brasileira alcança instrumentos legais para a universalização do ensino público e de qualidade, na intenção de atingir a todos os cidadãos. Nesse caminho, o inglês já se impunha como uma língua global, sendo adotada como a língua das relações comerciais, científicas e, adiante, como código comunicativo predominante na internet. Na generalidade, o movimento de globalização que rompeu limites geográficos e aproximou povos e nações, declinou-se preferencialmente no idioma inglês (Ortiz, 2006 apud Castro, 2017).

No entanto, apesar dos avanços no acesso democrático à escola pública, não se pode dizer que o aprendizado de LI tenha se dado, ou se dê, de maneira efetiva para todos os estudantes.

Na atualidade, o ensino de qualidade da língua inglesa ainda se encontra elitizado, talvez menos do que durante os séculos XIX e XX, pois considerando a baixa renda da população, diminuição do poder de compra e frequentes crises econômicas no país, temos que, para poder aprender uma língua estrangeira com fluência, existe a necessidade de que o aluno procure uma escola de idiomas. É preciso, então, que a família tenha condições de pagar por um curso de idiomas particular, enquanto que, em países desenvolvidos, principalmente europeus, o Estado oferece a possibilidade de aprender idiomas estrangeiros sem custo direto e de qualidade (Scaglioni, 2019, p. 12).

Assim, as políticas públicas brasileiras têm buscado reconhecer a importância do aprendizado do inglês. Em 2017, por meio da Lei nº 13.415, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (Lei nº 9.334) foi alterada e implicou em uma mudança significativa relacionada à obrigatoriedade e ao alcance do ensino de LI. O idioma que, até então, não tinha uma legislação que determinasse a obrigatoriedade de ensino a partir do 6º Ano do EF, passou a ter e, logo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçou a legislação ao propor orientações para uma abordagem que seja iniciada com estudantes que concluem o 5º Ano do EF (Santos; Baima; Bottentuit Junior, 2023).

No entanto, apenas a oferta por si só não garante a qualidade, segundo Pereira Filho e Franco (2021, apud Santos et al., 2023, p. 634), o papel da LI no currículo ainda é insignificante, e isso “prejudica a eficácia de seu ensino e traz à tona a necessidade de se pensar novos percursos” para que esse processo se efetive de fato.

Mesmo que se reconheça avanços no acesso ao idioma com a expansão das políticas públicas educacionais e a conscientização sobre a importância do aprendizado da LI no contexto globalizado, Scaglione, Araújo e Giroto (2019, p. 372) apontam que problemas de formação de professores, desconhecimento de documentos oficiais e o desinteresse dos alunos são desafios a serem superados nesse processo; essas adversidades são barreiras para que o aprendizado seja significativo ao aluno. Ainda, para Oliveira (2021, n.p.), essa oferta nas escolas públicas brasileiras lida também com “características predominantes” destas instituições como pequena carga horária, professores com domínio reduzido do idioma e as questões estruturais como salas de aulas com alto número de estudantes.

Portanto, no cenário educacional brasileiro, o ensino da LI na escola pública enfrenta desafios que reforçam a questão da elitização. Embora tenha havido avanços legislativos e políticos para democratizar o acesso ao aprendizado de idiomas estrangeiros, persistem obstáculos significativos que comprometem a eficácia desse ensino que “para grande parte dos brasileiros em idade escolar, a educação pública é a oportunidade mais próxima, para muitos a única, para aprender inglês” (Oliveira, 2021, n.p.).

Apesar desses desafios, é importante reconhecer as vantagens e benefícios proporcionados pelo ensino de inglês nas escolas. O domínio da língua inglesa não apenas amplia as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, mas também facilita o acesso a informações, conhecimentos e culturas diversas, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. Além disso, o inglês desempenha um papel fundamental na promoção da comunicação e da cooperação entre indivíduos e comunidades que, apesar de suas peculiaridades, estão inseridos em um contexto comunicativo global.

Segundo a BNCC (Brasil, 2018, p. 241):

Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos. (Brasil, 2018, p. 241)

Nesse sentido, dada a sua relevância, o ensino de LI obrigatório a partir do 6º Ano do EF no Brasil representa uma oportunidade para preparar os estudantes para um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. No entanto, é preciso enfrentar os desafios existentes, investindo na formação de professores, no desenvolvimento de materiais didáticos adequados e na implementação de políticas públicas consistentes para garantir um ensino de qualidade e equidade para todos os alunos. Como defendido por Emílio (2018, apud Scaglioni; et al., 2019, p. 367), faz-se necessário “escrever uma nova história que apague o pensamento de que não se aprende inglês na escola regular”, demandando ações articuladas entre políticas públicas, contexto organizacional e formação de docentes.

No contexto específico dos Anos Iniciais do EF, o ensino de inglês pode ter uma relevância significativa como forma de garantir uma formação de qualidade desde os primeiros anos de escolaridade. Introduzir o aprendizado de línguas estrangeiras nesse estágio precoce pode permitir que as crianças desenvolvam habilidades linguísticas básicas de maneira natural e lúdica, preparando-as para uma participação ativa e bem-sucedida em um mundo globalizado e multicultural, contribuindo para uma educação de qualidade e promovendo a inclusão social e cultural dos alunos.

O Ensino de Língua inglesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil

Nos primeiros anos de escolarização, a educação formal contribui significativamente na aquisição de habilidades que impactarão no futuro dos estudantes, a escola tem um papel relevante no desenvolvimento cognitivo, linguístico e social. Além de desenvolver habilidades básicas de leitura, escrita, matemática e explorar conceitos científicos, as crianças são incentivadas também ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como colaboração, resolução de problemas e empatia. Tudo isso, levando em conta o contexto em que o aluno está

inserido, as características de sua comunidade e a comunicação global impactada pelo uso de tecnologias digitais.

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) facilitam a conexão instantânea entre pessoas de diferentes partes do mundo, permitindo a troca de ideias, experiências e conhecimentos em tempo real. Redes sociais, plataformas de mensagens instantâneas, videoconferências e fóruns online são apenas alguns exemplos das muitas formas pelas quais as pessoas podem se conectar e se engajar em comunidades virtuais. O inglês, como LF global, desempenha um papel relevante nesse cenário, sendo amplamente adotado como o idioma predominante nessas interações digitais.

Nessa seara, compreendendo a ampla relação coletiva dos indivíduos na sociedade, impactada pelas TDICs, é relevante discutir sobre a abordagem educacional que compreenda, de fato, o inglês como língua universal, acessível a todos os estudantes, desde os primeiros anos do EF I. Castro (2017, p. 12) aponta que “a real democratização do ensino da língua inglesa apresenta potencial para favorecer muitos, sobretudo a população mais pobre,” possibilitando assim o acesso e a interação “com o mundo e com os acontecimentos que o moldam”.

No entanto, o ensino de LI nos anos iniciais do EF público permanece optativo, essa inserção tem ocorrido de modo lento e gradativo, diferenciando-se da realidade de crianças que têm acesso às escolas privadas, onde o inglês já se efetivou como uma “realidade consolidada”, conforme Pardo (2019, p. 15). Para o referido autor, a negação da inserção da disciplina no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o EF I implica na falta de material didático disponível gratuitamente, e, assim, há uma “corrida competitiva, desigual e desleal”, influenciada pelas TDICs, em que a escola pública está na pior posição.

Na educação básica, diferentes redes têm maior participação em diferentes estágios. Enquanto as escolas privadas predominam nos primeiros anos do ensino fundamental, as municipais predominam nos últimos anos dessa etapa; já os anos do ensino médio, as estaduais assumem a liderança, enquanto a federal se destaca na formação técnica. A ilustração a seguir, apresentada pelo Observatório para Ensino da Língua Inglesa no Brasil (2021) aponta a predominância da rede particular nos números com a maior concentração de turmas para o EF I.

Figura 1 - Distribuição de turmas de Língua Inglesa por etapa de ensino.

Distribuição das turmas de Língua Inglesa

	Rede privada	Redes municipais	Redes estaduais	Rede federal
Turmas	266.788	325.982	385.662	6.851
Maior concentração	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio Técnico Integrado

Fonte: Observatório para o Ensino da Língua inglesa (2021)

Apesar das adversidades que permeiam a relação entre a escola pública e o ensino de inglês no EF I, nota-se que alguns avanços podem ser percebidos. Carvalho, Mota e Zárate-Sández (2023, n.p.) apontam que:

[...] o ensino de inglês nos anos iniciais teve um aumento nos últimos anos, principalmente em escolas municipais. De acordo com dados do Censo Escolar brasileiro, compilados pelo Observatório para o Ensino de Língua Inglesa no Brasil (2021), as turmas de inglês nos anos iniciais praticamente dobraram de número desde 2009 até 2020. De acordo com o Observatório (2021), em 2009, havia 143.111 turmas de inglês e, em 2020, já havia 244.350 nas redes pública e privada. Os dados do censo de 2020, compilados pelo Observatório (2021), também mostram que as escolas municipais têm o maior número de turmas de inglês no ensino fundamental. Destas turmas, 58,3% são dos anos finais e 30,03% são dos anos iniciais. (Carvalho et al., 2023, n.p.)

Com base no exposto, quando se considera toda a educação básica, há uma maior oferta da disciplina em escolas municipais, o que vai ao encontro das premissas do artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, que estabelece a priorização da educação infantil e do ensino fundamental pelos municípios. Já o artigo 12, inciso I, da referida lei, confere às escolas a autonomia para elaborar e executar suas propostas pedagógicas, incluindo assim, a possibilidade do ensino de LI nos anos iniciais, de acordo com as diretrizes estabelecidas por cada município ou instituição educacional.

Ainda, no contexto de embasamento regulamentar:

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, afirma em seu Art. 26 que os currículos do ensino fundamental I devem possuir uma base nacional comum, a ser complementada “por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”. Entendemos que o ensino de língua adicional para os anos iniciais compõe a parte diversificada dos municípios que optarem por adicioná-la na grade curricular. O Art. 24, por sua vez, acena com a possibilidade de organizar

“turmas ou classes para o ensino de línguas estrangeiras, artes ou outros componentes” (British Council, 2022, p. 15).

Com as possibilidades oferecidas pela legislação educacional, o aumento na demanda pelo ensino de inglês nos anos iniciais implica na necessidade de pesquisas voltadas para essa área, visando uma implementação mais coerente e eficaz. Documentos como o Projeto de Lei (PL) 1.302/2015 e o Parecer CNE/CEB nº 2/2020 abordam a temática e seguem aguardando aprovação, enquanto este apresenta diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação plurilíngue, aquele propõem a obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma língua estrangeira desde os primeiros anos do EF, sem especificar a língua, embora o inglês seja amplamente procurado devido à sua relevância global e *status* social. (Carvalho et al., 2023, n.p.).

Segundo o Documento-base para a elaboração de diretrizes curriculares nacionais para a língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental, elaborado em parceria entre o British Council e o Grupo de Pesquisa FELICE (UEL/CAPES-CNPq), a BNCC deixa uma lacuna pela falta de orientações para o ensino de crianças de 6 até 11 anos, cabendo às escolas e às redes e sistemas de ensino a elaboração de propostas e abordagens pedagógicas (British Council, 2022). O referido documento mostra ainda que 25% das turmas de inglês em toda a educação básica estão nos anos iniciais, porém, quando comparado apenas o EF I, entre escolas públicas e privadas, a maioria das turmas são de escolas particulares.

Dessa forma, no que tange ao ensino público:

O ensino de inglês nos anos iniciais é um processo complexo e em constante ampliação. As políticas públicas, por sua vez, têm o papel fundamental de representar a comunidade escolar nas implementações e atualizações de leis que favoreçam o ensino democrático a todos e todas. Os desdobramentos recentes nas políticas públicas voltadas para o ensino de inglês para crianças mostram que a mudança é possível, porém demanda um longo tempo de debate, discussão e aprovação (Carvalho et al., 2023, n.p.).

Portanto, apesar de desafios que impactam na implementação em nível nacional da LI no currículo de todos os alunos que estejam matriculados nos cinco primeiros anos do EF, nota-se, segundo os dados apresentados, que alguns municípios estão mais avançados nesse debate e nessa oferta da disciplina às crianças. Esse é o caso do município de Piau, uma cidade de pequeno porte, na zona da mata mineira, que aparentemente demonstra uma percepção de quanto uma formação que inclua a LI pode possibilitar maior participação e engajamento em uma sociedade globalizada, conectada e pluricultural.

METODOLOGIA

Relacionando as finalidades estabelecidas para esse estudo, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois o texto “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41). “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Gil, 2008, p. 27).

Para alcançar tais finalidades, realizou-se uma Pesquisa Bibliográfica, utilizando-se de fontes secundárias, ou seja, o molde de pesquisa em questão é aquele que se desenvolve, segundo Gil (2008, p. 50), “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, possibilitando ao explorador “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia se pesquisar diretamente”. Ainda, quanto à natureza da coleta de dados, a pesquisa tem caráter qualitativo, onde sua escolha se justifica por buscar “descrever, compreender e explicar determinado objeto de estudo” (Silveira; Córdova, 2009, apud Sakata, 2019, p. 24).

A abordagem qualitativa permitiu uma compreensão do processo de inclusão do inglês como disciplina em escola pública nos Anos Iniciais do EF, bem como a análise da legislação vigente. A colaboração de Santos, Baima e Bottentuit Júnior (2023), Oliveira (2021), Carvalho, Mota e Zárate-Sández (2023), Pardo (2019), Castro (2017), Scaglione (2019), Scaglione, Araújo e Giroto (2019), entre outros, apontam dados e sustentam o debate para se chegar ao intento pretendido por essa investigação. As fontes consultadas forneceram *insights* valiosos para responder a questão de pesquisa e aguçar questionamentos no que tange a oferta do inglês para crianças em escola pública.

Ao se embasar em material bibliográfico, a pesquisa exploratória se torna uma ferramenta valiosa para a compreensão de um fenômeno relevante como o ensino de línguas do 1º ao 5º Ano da Educação Básica. A escolha específica dos materiais se deu por buscas realizadas na plataforma Google Acadêmico, por meio dos descritores “Ensino de Língua Inglesa; Anos Iniciais; Ensino Fundamental I; Escola pública”. A utilização desse método de pesquisa também permitiu a identificação de tendências e debates emergentes no campo do ensino de línguas, contribuindo para um entendimento mais holístico e informado da questão em análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta e discute os resultados obtidos na pesquisa sobre a inclusão da disciplina de LI nos Anos Iniciais do EF no Brasil. A análise dos dados foi organizada de modo a abordar a estrutura atual do ensino de LI, bem como seus desafios e vantagens no contexto atual. Os resultados são discutidos à luz da fundamentação teórica apresentada anteriormente e das políticas públicas vigentes.

O ensino de LI nos Anos Iniciais do EF no Brasil é uma prática que vem ganhando espaço de forma gradual. A BNCC (Brasil, 2018) estabelece diretrizes para a inclusão do ensino de LI a partir do 6º ano, mas a oferta do 1º ao 5º ano ainda não é obrigatória e varia conforme a política educacional de cada município e estado.

Para tal implementação optativa, baseia-se no artigo 12, inciso I, da LDB, Lei nº 9.394/1996, que confere às escolas a autonomia para elaborar e executar suas propostas pedagógicas, incluindo assim, a possibilidade do ensino de LI nos anos iniciais, de acordo com as diretrizes estabelecidas por cada município ou instituição educacional. Ainda, alterações na referida lei oportunizam a inclusão da disciplina como parte diversificada e/ou em classes especiais.

A inclusão da disciplina de LI nos Anos Iniciais representa um importante avanço na democratização do acesso ao ensino de línguas estrangeiras. A análise dos resultados demonstra que essa implementação está lentamente em ascensão, porém é mais acessível aos alunos de escolas privadas. No entanto, ensinar inglês nos anos iniciais do EF I em todas as escolas é uma possibilidade com respaldo legal e já concretizada em algumas escolas públicas no Brasil.

Porém, as políticas educacionais para o ensino de LI nos Anos Iniciais mostram um cenário de desigualdade, onde algumas redes avançam na implementação, enquanto outras ainda enfrentam dificuldades estruturais. Dados do Censo Escolar (2020), expostos pelo Observatório para Ensino da Língua Inglesa no Brasil (2021), indicam um aumento nas turmas de inglês nos anos iniciais, particularmente em escolas municipais, contudo as escolas particulares ainda predominam quando se trata da oferta de turmas de inglês para crianças de 6 a 10 anos.

Houve um avanço significativo da oferta, entretanto essa evolução é, em parte, resultado de iniciativas locais que reconhecem a importância do inglês para a inserção dos alunos em um contexto globalizado, mas que lidam com problemáticas como a falta de documentos norteadores oficiais, inexistência de material didático disponibilizado pelo PNLD e uma lacuna na formação dos professores de LI.

A formação de professores se mostrou como um aspecto relevante para a implementação eficaz do ensino de inglês nos Anos Iniciais. Estudos de Scaglione (2019) e Carvalho et al. (2023)

apontam que muitos docentes ainda não possuem a formação adequada para ensinar inglês, o que impacta diretamente na qualidade do ensino. Programas de formação continuada e capacitação específica são fundamentais para equipar os professores com as habilidades necessárias para lidar com as especificidades do ensino de uma língua estrangeira para crianças.

Dessa forma, a inclusão do ensino de inglês nos Anos Iniciais apresenta tanto desafios significativos quanto vantagens potenciais, que são essenciais para compreender o impacto dessa disciplina no contexto educacional brasileiro.

Entre os principais desafios, destacam-se as disparidades socioeconômicas e a falta de recursos materiais e humanos adequados. A desigualdade de acesso ao ensino de qualidade é evidente, com escolas públicas enfrentando problemas como turmas superlotadas, falta de material didático específico e professores sem formação adequada. Essas questões reforçam a elitização do ensino de inglês, limitando as oportunidades de aprendizado para alunos de baixa renda.

Por outro lado, a introdução do inglês nos primeiros anos escolares pode proporcionar vantagens educacionais e sociais. Conforme a BNCC (2018), o aprendizado de uma língua estrangeira pode ampliar as habilidades linguísticas, cognitivas e socioemocionais dos estudantes. Além disso, o domínio do inglês pode abrir portas para oportunidades educacionais e profissionais, aumentando a inclusão social e a mobilidade global dos alunos, o que leva a necessidade de se “considerar a realidade da criança no aqui e agora (EF I), e não em um futuro melhor” (British Council, 2022).

Como aponta o Documento-base para a elaboração de diretrizes curriculares nacionais para a língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental, elaborado em parceria entre o British Council e o Grupo de Pesquisa FELICE (UEL/CAPES-CNPq):

[...] a aprendizagem da língua inglesa deve ser considerada essencial, a fim de que os alunos possam perceber e valorizar a natureza da linguagem já na infância, compreendendo melhor a sua língua primeira, identificando e valorizando outros modos de agir no mundo e respeitando as diferentes culturas. Considera-se essencial o respeito às distintas realidades da criança, e a oferta de possibilidades de contato e uso da língua a partir de atividades que incluam a ludicidade, respeitem as fases do desenvolvimento infantil e promovam a sua participação em atividades culturais coletivas. (British Council, 2022, p. 12).

Contudo, a comparação com outros países revela que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer em termos de políticas públicas e práticas de ensino de línguas estrangeiras. Em países europeus, o ensino de inglês é introduzido já nos primeiros anos escolares, o que

pode servir como um modelo para o Brasil. A adaptação desses modelos ao contexto brasileiro requer uma análise cuidadosa das especificidades locais, incluindo as disparidades regionais e socioeconômicas. Políticas públicas devem ser desenvolvidas para garantir a equidade nesse acesso, com atenção especial para as escolas públicas.

Portanto, a pesquisa revela que, apesar dos avanços, ainda há muitos desafios a serem superados para garantir um ensino de inglês eficaz e equitativo. Investimentos em formação de professores, recursos didáticos e políticas públicas são essenciais para promover uma educação de qualidade que inclua o inglês, de fato, nos Anos Iniciais. Essa inclusão do inglês pode proporcionar benefícios significativos para os alunos na construção de sua cidadania através do conhecimento e do respeito a lugares e pessoas diferentes, bem como seus modos de viver, pensar e se manifestar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da disciplina de Língua Inglesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental representa um importante avanço na democratização do acesso ao ensino de línguas estrangeiras. A análise dos resultados demonstra que essa implementação está lentamente em ascensão, porém é mais acessível aos alunos de escolas privadas. No entanto, ensinar inglês nos anos iniciais do EF I em todas as escolas é uma possibilidade respaldada pela LDB e já concretizada em algumas escolas públicas no Brasil.

Para tanto, faz-se necessário o interesse e o debate dos estabelecimentos de ensino, uma vez que lhes é atribuída autonomia para elaborar e executar suas propostas pedagógicas, desde que respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino. Esses elementos colaboram para a implementação bem-sucedida de políticas educacionais que visem a inclusão e a equidade no ensino de inglês. Além disso, demonstra também que a inclusão na disciplina no EF I, mesmo que opcional, não fere as legislações e é, de certa forma, rápida e sem grandes impedimentos burocráticos.

Porém, garantir o acesso não é garantir qualidade, é preciso refletir sobre a formação adequada de professores, sobre a disponibilização de materiais didáticos e sobre o fracasso do inglês na escola pública atual, que reforça a elitização da LI e continua a excluir os mais pobres. Isso impõe a necessidade de mais pesquisas para investigar diferentes contextos para fornecer *insights* adicionais sobre como adaptar e melhorar a implementação dessas políticas em diversas realidades educacionais. Assim, a continuidade da investigação acadêmica é essencial para assegurar que a inclusão do ensino do idioma nos Anos Iniciais contribua de maneira

significativa para a educação pública no Brasil.

Destarte, este estudo contribui para a compreensão das práticas e políticas educacionais relacionadas ao ensino de inglês nos Anos Iniciais, colaborando para inspirar abordagens semelhantes, na intenção de que todos alunos no EF tenham a oportunidade de acessar a LF.

REFERÊNCIAS

- BELLINGIERI, Julio Cesar. **Cidades Protomédias**: Proposta de uma nova categoria na classificação das cidades na literatura geográfica. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 15(2): p-p, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/12661/8506>. Acesso em 10 de maio. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 10 de maio de 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 de maio de 2024.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08 de maio de 2024.
- BRITISH COUNCIL. **Documento-base para a elaboração de diretrizes curriculares nacionais para a língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental**, 2022. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/diretrizes_ingles_anos-inciais-molic-britishcouncil-2022.pdf. Acesso em 24 maio. 2024.
- CARVALHO, Luiz Fernando de; MOTA, Mailce Borges; ZARATE-SÁNDEZ, Germán. **Políticas Públicas e o Ensino de Inglês nos Anos Iniciais: uma análise de documentos oficiais**. 2023: I SELICEN - Seminário das Licenciaturas – PIBID.PRP.UFFS & II SILE - Seminário Internacional de Letras da Fronteira Sul. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SELICEN/article/view/20106>. Acesso em 15 de maio. 2024.
- OBSERVATÓRIO PARA O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA. **Professoras e Professores de Inglês no Brasil**: Retratos de uma Profissão a partir do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior. São Paulo: British Council, 2021. Disponível em: www.inglesnasescolas.org. Acesso em 17 de maio. 2024.
- OLIVEIRA, Dionea Menezes. **Como a compreensão leitora é desenvolvida em inglês como língua franca para alunos iniciantes na plataforma de ensino de idiomas Duolingo for Schools**. Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade Anais 2021 - XV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade" (EDUCON) Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16398>. Acesso em 15 de maio de 2024.
- PARDO, Fernando da Silva. O Ensino De Inglês Nos Anos Iniciais Da Escola Pública: Por Quê? Para Quê? Para Quem?. **PERcursos Linguísticos**, [S. l.], v. 9, n. 23, p. 12–29, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/27823>. Acesso em: 17 maio. 2024.

SAKATA, Mayara Mayumi. **Análise do aplicativo Duolingo para aprendizagem de Língua Espanhola: uma pesquisa narrativa.** Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/4881.pdf. Acesso em 20 de maio de 2024.

SANTOS, Sabrina Lima dos; BAIMA, Girlene Miranda; BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. Aplicativos Móveis para Aprendizagem de Língua Inglesa: Busuu, Duolingo e Memrise. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 45, p. 632–662, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8371380. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2165>. Acesso em: 17 maio. 2024.

SCAGLION, Luiz Fernando. **Políticas nacionais sobre o ensino de Língua Inglesa no Brasil: o que dizem os documentos sobre a inserção nos currículos escolares.** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_d633d7e8d20c5dfe3bc9827f22061b23. Acesso em 17 de maio. 2024.

SCAGLION, Luiz Fernando; ARAÚJO, Luciana Aparecida de; GIROTO, Claudia Regina Mosca. A inserção da língua inglesa no currículo das séries iniciais das escolas brasileiras. **Revista EntreLinguas**, Araraquara, v. 5, n. 2, p. 359–377, 2019. DOI: 10.29051/el.v5i2.12890. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/12890>. Acesso em: 17 maio. 2024.